



Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Parecer

Conta Geral do Estado 2021

Autor: Deputado

José Pedro Ferreira (PS)



Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

ÍNDICE

PARTE I — CONSIDERANDOS

- 1. Nota introdutória**
- 2. Contexto macroeconómico**
- 3. Análise setorial no âmbito das matérias conexas à 6ª Comissão**
 - 3.1 Economia (PO03)**
 - 3.2 Ambiente e Transição Energética (PO17)**
 - 3.3 Infraestruturas e Habitação (PO18)**
 - 3.4 Mar (PO21)**

PARTE II - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

PARTE III - CONCLUSÕES

PARTE I - CONSIDERANDOS

1. Nota introdutória

A Comissão de Orçamento e Finanças (COF) remeteu, nos termos legais e regimentais aplicáveis, à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação a Conta Geral do Estado (CGE) relativa ao ano de 2021, acompanhada pelos Pareceres do Tribunal de contas (TC) e do Conselho Económico e Social (CES), para que esta se pronuncie, elaborando um parecer sobre as suas áreas de competência, que deverá ser incluído no relatório final da COF sobre a CGE 2021.

Ao abrigo da alínea d) do artigo 162º da Constituição da República Portuguesa, a CGE deve ser apresentada até ao dia 31 de dezembro do ano subsequente, tendo a CGE 2021 dado entrada na Comissão de Orçamento e Finanças a 17 de maio de 2022.

A elaboração do presente parecer, solicitado à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação em 11 de janeiro de 2023, implica a análise do documento da CGE 2021, incidindo exclusivamente sobre as matérias que cabem no âmbito da sua competência.

2. Contexto macroeconómico

Contexto internacional

A atividade económica e o comércio mundiais registaram uma recuperação muito significativa em 2021, após uma quebra sem precedentes em 2020 associada à pandemia de COVID-19 e que interrompeu uma década de expansão caracterizada por um crescimento médio de 3,4% (entre 2009 e 2019). O PIB mundial registou, em 2021, um crescimento de 5,9% em termos reais e superou o valor pré-pandemia de COVID-19, refletindo principalmente o forte crescimento da economia chinesa (8,1%) e a rápida recuperação da economia norte-americana (com um crescimento de 5,7%). Por sua vez, o PIB aumentou 7,5% no Reino Unido e 5,3% na área do euro.

A recuperação da atividade económica, em conjugação com a continuação de apoios públicos concedidos a empresas e a famílias de proteção do emprego e do rendimento, em particular nos setores mais severamente atingidos pela crise sanitária, contribuíram para a melhoria e resiliência do mercado de trabalho, especialmente no caso dos EUA. Com efeito, a taxa de desemprego desceu tanto nos EUA quanto na área do euro para 3,9% e 7%, respetivamente, em dezembro de 2021 (6,7% e 8,2%, respetivamente, no final de 2020).



Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

A partir do segundo semestre de 2021, as pressões inflacionistas aumentaram significativamente, principalmente nas economias avançadas, refletindo a subida generalizada dos preços das matérias-primas, em particular as energéticas (petróleo e gás natural), e, conseqüentemente, da eletricidade, mas também o impacto dos constrangimentos da oferta de diversos bens e a recuperação dos serviços mais afetados pela pandemia de COVID-19. Com efeito, a taxa de inflação foi particularmente elevada nos EUA, atingindo o valor mais elevado dos últimos 40 anos (7% em termos homólogos, em dezembro de 2021), e alcançou o máximo histórico na área do euro no quarto trimestre de 2021 (total e preços de energia de 4,7% e de 26% em termos homólogos, respetivamente), acompanhado de uma depreciação do euro face ao dólar norte americano.

Com o objetivo de conter os efeitos negativos das medidas de confinamento sobre a situação financeira das famílias, das empresas e do sistema financeiro, bem como de criar as condições para uma mais rápida recuperação económica e social, foram implementadas, na generalidade dos países, várias medidas de política, nomeadamente monetária e orçamental.

A política monetária caracterizou-se por uma orientação fortemente acomodatória, a fim de garantir condições de liquidez mais favoráveis para o sistema bancário, assegurar a manutenção do fluxo de crédito à economia real e o financiamento à economia. Para além disso, diversos bancos centrais prosseguiram a implementação de medidas não convencionais, mantendo-se, no caso da área do euro, o programa PEPP (*Pandemic Emergency Purchase Programme*), criado em 2020 com vista a mitigar os efeitos económicos e financeiros da crise económica e social provocada pela pandemia. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal manteve as taxas de juro federais (*fed funds*) no intervalo entre 0% e 0,25%, e, na União Europeia, o Banco Central Europeu manteve as taxas de juro diretoras inalteradas. As taxas de juro de curto prazo apresentaram uma tendência descendente nos EUA e renovaram níveis historicamente baixos na área do euro, com a Euribor a três meses a situar-se, em média, em -0,55% em 2021 (-0,42% em 2020).

Contexto nacional

Neste enquadramento adverso, e no conjunto do ano de 2021, o PIB da economia portuguesa, ainda que afetado por um confinamento severo no primeiro trimestre e por disrupções nas cadeias de fornecimento de bens intermédios, registou um crescimento em volume de 4,9%, o

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

mais elevado desde 1990, após a forte diminuição de 8,4% em 2020, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia de COVID-19 na atividade económica.

Quadro 2 — Principais indicadores macroeconómicos

(milhões de euros)

	2020	2021	OE 2021 (previsão - out 20)	
			2020	2021
PIB e Componentes da Despesa (em termos reais)				
PIB				
	-8,4	4,9	-8,5	5,4
Consumo privado	-7,1	4,5	-7,1	3,9
Consumo público	0,4	4,1	-0,3	2,4
Investimento (FBCF)	-2,7	6,4	-7,4	5,3
Exportações de bens e serviços	-18,6	13,1	-22,0	10,9
Importações de bens e serviços	-12,1	12,9	-17,9	7,2
Contributos para a variação real do PIB (pp)				
Procura Interna				
	-5,5	5,1	-6,6	4,1
Procura Externa Líquida	-2,9	-0,2	-1,9	1,3
Preços (taxa de variação, %)				
Deflador do PIB				
	1,9	0,7	1,5	0,9
Taxa de inflação (IPC)	0,0	1,3	-0,1	0,7
Mercado de trabalho				
Emprego (ótica de Contas Nacionais)				
	-1,9	2,1	-3,8	1,0
Taxa de Desemprego (% da população ativa)	7,0	6,6	8,7	8,2
Produtividade aparente do trabalho	-6,7	2,8	-4,8	4,3
Saldo das balanças corrente e de capital (% do PIB)				
Necessidades (-)/Capacidade (+) de financiamento face ao exterior				
	-0,2	0,7	-0,3	0,9
Saldo da balança corrente	-1,2	-1,1	-1,2	0,1
da qual Saldo da balança de bens e serviços	-2,1	-3,0	0,9	0,8
Saldo da balança de capital	1,1	1,8		

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças.

Para a rápida recuperação da economia contribuíram a melhoria da envolvente externa, o levantamento gradual das medidas restritivas de confinamento, em paralelo com a elevada taxa de vacinação contra a doença COVID-19, e os programas de estabilização e de estímulo económico sem precedentes, tanto a nível nacional quanto europeu, sendo de destacar os

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

apoios às empresas, que permitiram proteger a capacidade produtiva da economia. O ritmo de recuperação da economia foi inferior ao esperado em outubro de 2020, quando da elaboração do Orçamento do Estado para 2021, uma vez que a retoma antecipada para 2021 foi condicionada pelo recrudescimento dos contágios, seguido do reforço de medidas de confinamento no primeiro trimestre de 2021.

A procura interna apresentou um contributo positivo para o crescimento do PIB (5,1 pp), após ter sido acentuadamente negativo em 2020 (-5,5 pp), em resultado de uma variação positiva de todas as suas componentes, enquanto o contributo da procura externa líquida foi menos negativo (-0,2 pp, que compara com -2,9 pp em 2020).

O consumo privado aumentou 4,5%, em termos reais, recuperando parcialmente da redução de 7,1% registada em 2020. Esta evolução refletiu principalmente o comportamento do consumo em bens correntes não alimentares e serviços (aumentou 5,6%, após uma retração de 10,4% em 2020) e do consumo de bens duradouros, que aumentou 4,6% (redução de 7,7% em 2020), por sua vez, o consumo de bens alimentares abrandou, passando de um crescimento de 4,8% em 2020 para 1,5%, em 2021.

O consumo público acelerou, tendo registado um crescimento de 4,1%, após um aumento de 0,4% em 2020, altura em que se refletiu o impacto negativo das medidas de confinamento na produção não mercantil em volume, que levou ao encerramento de vários serviços públicos.

O investimento (FBCF) aumentou 6,4% em termos reais (-2,7% em 2020), beneficiando do dinamismo das principais componentes.

Em 2021, as exportações aumentaram a um ritmo superior ao das importações, melhorando o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB. Refletindo a recuperação económica nos principais parceiros comerciais, as exportações de bens e serviços aumentaram em volume 13,1%, após uma redução expressiva em 2020 (-18,6%). Este comportamento ficou a dever-se ao aumento das exportações de bens (11,1%, que compara com -11,4% em 2020) e de serviços (18,7%, após uma quebra de 34% em 2020), refletindo neste caso o aumento expressivo da componente de turismo (25,5%), após a forte contração observada em 2020, situando-se ainda cerca de 50% abaixo do nível verificado em 2019.

Durante o ano de 2021, a evolução do mercado de trabalho afigurou-se mais positiva, demonstrando uma apreciável resiliência, que terá sido influenciada pelo reforço e alargamento das medidas de apoio à manutenção do emprego e dos rendimentos dos trabalhadores. Com efeito, em 2021, a população desempregada, estimada em 338,8 mil

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

peças, diminuiu 3,4% em relação a 2020, retomando a tendência decrescente observada desde 2014. A taxa de desemprego situou-se em 6,6%, diminuindo 0,4 pp em relação a 2020 e igualando a taxa de 2019, correspondendo assim, à semelhança do valor desse ano, à taxa de desemprego anual mais baixa da série iniciada em 2011.

Os preços evidenciaram uma trajetória ascendente, mais pronunciada a partir da segunda metade de 2021, tendo o Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentado 1,3% em média anual em 2021, após a variação nula em 2020. Esta aceleração dos preços foi extensível à generalidade das categorias do IPC, embora mais pronunciada nos bens energéticos. O aumento dos preços foi ainda mais acentuado na produção industrial, tendo o respetivo índice acelerado em termos homólogos 20% em dezembro de 2021 (aumento médio de 6,4% em 2021, depois de ter diminuído 3,9% em 2020).

Quadro 3 — Preços no consumidor

(taxas de variação homóloga, em %)

	2018	2019	2020	2021	2020				2021			
					I	II	III	IV	I	II	III	IV
IPC total	1,0	0,3	0,0	1,3	0,4	-0,3	0,0	-0,2	0,4	0,8	1,5	2,4
Bens	0,5	-0,3	-0,5	1,7	-0,1	-1,4	-0,2	-0,4	0,4	1,8	2,0	2,7
Serviços	1,7	1,2	0,7	0,6	1,2	1,4	0,2	0,1	0,5	-0,7	0,8	1,9
IPC subjacente	0,7	0,5	0,0	0,8	0,2	-0,1	-0,1	-0,1	0,5	0,2	0,9	1,5
IHPC												
Portugal												
	1,2	0,3	-0,1	0,9	0,5	-0,2	-0,4	-0,4	0,2	-0,1	1,2	2,4
Área do euro	1,8	1,2	0,3	2,6	1,1	0,2	0,0	-0,3	1,1	1,8	2,8	4,6
Diferencial (pp)	-0,6	-0,9	-0,4	-1,6	-0,6	-0,4	-0,3	-0,1	-0,9	-1,9	-1,6	-2,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Eurostat.

A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou igualmente uma tendência ascendente; no entanto, os aumentos foram inferiores aos registados na generalidade dos países da área do euro (0,9% no conjunto do ano de 2021, que compara com 2,6%, em média, na área do euro). A subida da inflação na área do euro, em 2021, foi influenciada por alguns fatores temporários. Para além da subida abrupta dos preços da energia, o aumento da inflação está associado à recuperação da procura acima da oferta e, também, a efeitos de base, entre os quais se destaca a redução temporária do IVA na Alemanha em 2020.

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Em 2021, num contexto de aumentos expressivos de preços, em particular na segunda metade do ano, verificou-se uma perda dos termos de troca, em resultado de um aumento do deflator das importações superior ao das exportações. Esta diferença entre deflatores traduziu em parte o efeito mais intenso da subida do preço dos bens energéticos no deflator das importações.

Quadro 4 — Termos de troca

	<i>(taxa de variação, em %)</i>				
	2017	2018	2019	2020	2021
Deflatores implícitos (taxa de variação, em %)					
Exportações de bens e serviços	3,0	2,3	0,5	-2,4	6,0
Importações de bens e serviços	3,8	2,8	-0,3	-3,4	7,6
Termos de troca	-0,8	-0,5	0,8	1,1	-1,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Relativamente às contas externas, durante o ano de 2021 a economia portuguesa apresentou capacidade de financiamento (medida pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital) de 1424 milhões de euros (0,7% do PIB), representando um acréscimo de 1375 milhões de euros em relação a 2020.

Quadro 5 — Balanças corrente e de capital

	<i>(saldos em percentagem do PIB)</i>			
	2018	2019	2020	2021
Balança corrente e de capital	1,5	1,3	0,0	0,7
Balança corrente	0,6	0,4	-1,1	-1,1
Balança de bens e serviços	0,9	0,8	-1,9	-2,6
Balança de bens	-7,6	-7,6	-6,3	-7,1
Balança de serviços	8,5	8,4	4,3	4,5
Balança de rendimentos primários	-2,4	-2,4	-1,4	-1,2
Balança de rendimentos secundários	2,0	2,0	2,2	2,7
Balança de capital	1,0	0,9	1,1	1,8

Fontes: Banco de Portugal; Ministério das Finanças.

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Em percentagem do PIB, esta melhoria resultou do aumento do excedente da balança de capital, tendo o saldo da balança corrente permanecido ao nível de 2020. Apesar de as exportações e importações de bens terem aumentado em relação a 2020, o défice da balança de bens aumentou, uma vez que as importações cresceram a um ritmo ligeiramente superior ao das exportações. Tanto as exportações quanto as importações de bens apresentaram valores superiores aos registados antes da pandemia de COVID-19 (2019).

O excedente da balança de serviços aumentou face a 2020, porque o incremento no excedente das viagens e turismo mais do que compensou a redução do saldo dos serviços de transportes (os custos associados ao transporte de mercadorias cresceram). Refira-se que os níveis das exportações e das importações de serviços ficaram abaixo dos registados antes da pandemia (as exportações correspondem a 76% e as importações a 99% dos valores observados em 2019).

Em 2021, os turistas provenientes de França, Reino Unido e Espanha continuaram a ser os responsáveis pelas maiores receitas turísticas de Portugal. O recebimento de mais fundos europeus foi determinante para o aumento do excedente da balança de rendimento secundário e para a redução do défice da balança de rendimento primário.

Em julho de 2021, Portugal recebeu cerca de 1100 milhões de euros do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, montante proveniente da devolução da margem financeira no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, o que contribuiu para o excedente da balança de capital.

3. Análise setorial no âmbito das matérias conexas à 6ª Comissão

3.1 Economia (PO03)

No ano de 2021, a economia portuguesa registou uma recuperação significativa devido ao aumento da procura interna, destacando-se o dinamismo do consumo privado e do investimento, assim como das importações e exportações. O crescimento económico foi acompanhado por uma evolução positiva do mercado de trabalho, com um aumento da população ativa e conseqüente redução da taxa de desemprego.

As medidas de natureza orçamental adotadas pela área governativa da Economia e da Transição Digital foram direcionadas para a preservação da capacidade produtiva e criação das

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

condições adequadas para a reabertura de atividades, reestruturação e recuperação social e económica, na sequência dos efeitos marcadamente adversos provocados pela pandemia de COVID-19. Neste sentido, foram implementadas medidas de apoio às empresas, tais como:

- A Linha de Apoio à Tesouraria para Micro e Pequenas Empresas em situação de crise empresarial (Linha de Apoio MPE);
- A medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), que consiste na atribuição de um subsídio pecuniário a entidades empregadoras, e a pessoas singulares, com um ou mais trabalhadores ao seu serviço.

Refira-se também o contributo significativo dos instrumentos já existentes, tais como o Sistema de Incentivos PT2020, o Programa ADAPTAR, o Programa APOIAR — Sistema de Incentivos à Liquidez e o Programa REPOR.

No setor do turismo, destaca-se a aprovação do Plano Reativar o Turismo | Construir o futuro, com o objetivo de apoiar as empresas através da criação de condições que permitam gerar negócio e transformar o setor, assim como reforçar a confiança das empresas, dos turistas e dos residentes no turismo e na capacidade de este contribuir de forma significativa para o seu bem-estar e para a melhoria da qualidade de vida.

Relativamente ao financiamento e capitalização de empresas, a criação do Banco Português de Fomento permitiu agregar um conjunto alargado e diferenciado de instrumentos de apoio ao desenvolvimento das mesmas, disponibilizando soluções de financiamento adequadas e potenciando a capacidade empreendedora, o investimento e a criação de emprego.

Nas atividades de comércio e prestação de serviços fomentou-se a participação dos operadores económicos nos processos de transformação digital. Salienta-se a implementação do Programa «Comércio Digital.pt», com o objetivo de mobilizar os empresários portugueses para a digitalização dos seus negócios.

Manteve-se a aposta na capacitação do sistema científico e tecnológico, fomentando a articulação com as empresas nacionais, com o objetivo de promover a competitividade da indústria portuguesa, assente na inovação, no valor acrescentado, na proteção ambiental e na sustentabilidade.

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Quadro 149 — PO03 — Economia: despesa por classificação económica

(milhões de euros)

Designação	Orçamento Corrigido de 2021		Execução de 2021	
	Total não consolidado	Total Consolidado	Total não consolidado	Total Consolidado
Despesa Corrente	548,9	461,3	429,4	348,0
Despesas com Pessoal	114,4	114,4	98,0	98,0
Aquisição de Bens e Serviços	97,3	97,3	60,4	60,4
Juros e outros encargos	3,0	3,0	0,1	0,1
das quais: intra-instituições do PO				
Transferências Correntes	294,7	207,1	254,0	172,6
das quais: intra-instituições do PO	87,6		81,4	
Subsídios	19,2	19,2	13,6	13,6
das quais: intra-instituições do PO				
Outras Despesas Correntes	20,3	20,3	3,3	3,3
Despesa de Capital	2 488,6	2 405,7	1 170,3	1 127,8
Aquisição de Bens de Capital	22,0	22,0	12,1	12,1
Transferências de Capital	228,1	225,7	164,2	162,4
das quais: intra-instituições do PO	2,4		1,7	
Ativos Financeiros	2 222,0	2 144,7	986,1	948,3
das quais: intra-instituições do PO	77,3		37,8	
Passivos Financeiros	9,1	5,8	7,9	5,0
das quais: intra-instituições do PO	3,3		3,0	
Outras Despesas de Capital	7,4	7,4		
DESPESA TOTAL	3 037,5	2 867,0	1 599,7	1 475,7
DESPESA EFETIVA	806,4	716,5	605,6	522,5
Operações intra-instituições do PO (AC)		170,5		123,9

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

A despesa total consolidada do Programa ascendeu a 1475,7 milhões de euros, dos quais 348 milhões de euros (23,6%) têm origem em despesa corrente e 1127,8 milhões de euros (76,4%) em despesa de capital. A despesa efetiva situou-se em 522,5 milhões de euros o que corresponde uma taxa de execução de 72,9% face ao orçamento corrigido.

No caso da despesa corrente, o agrupamento das transferências correntes foi o mais significativo com 49,6%, seguindo-se os agrupamentos das despesas com pessoal e de aquisição de bens e serviços com 28,2% e 17,4%, respetivamente.

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

No âmbito da despesa de capital destacam-se os ativos financeiros com um peso considerável (84,1%), sendo o IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. a entidade que mais contribui para esta situação, logo seguido do Turismo de Portugal. I.P.

Quadro 150 — PO03 — Economia: despesa por medidas do Programa

(milhões de euros)

Estado, SFA e EPR	Orçamento Corrigido de 2021	Execução de 2021	Estrutura de 2021 face à execução (%)
061 - COMÉRCIO E TURISMO - COMÉRCIO	44,8	44,7	2,8
062 - COMÉRCIO E TURISMO - TURISMO	188,5	125,9	7,9
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	69,3	58,4	3,7
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2 231,2	1 000,1	62,5
068 - OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	31,9	0,0	0,0
082 - SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL - VIOLENÇA DOMÉSTICA - PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À VÍTIMA	0,0	0,0	10,2
083 - SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL - INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 084 - SIMPLEX +	0,0	0,0	0,1
086 - COMÉRCIO E TURISMO - IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO	1,3	0,6	12,8
095 - CONTINGÊNCIA COVID 2019 - PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, MITIGAÇÃO E TRATAMENTO 096 - CONTINGÊNCIA COVID 2019 - GARANTIR NORMALIDADE	194,4	163,9	
	1,4	1,0	
	274,7	205,2	
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	3 037,5	1 599,7	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2 867,0	1 475,7	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	716,5	522,5	
Por Memória			
Ativos Financeiros	2		
Passivos Financeiros	14		
	4,7	948,3	
	5,8	5,0	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

O orçamento da despesa do Programa encontra-se desagregado por 11 medidas. O montante mais expressivo refere-se à medida «065 — Outras funções económicas — diversas não especificadas», que atingiu 1000,1 milhões de euros (total não consolidado), ou seja, 62,5% do total executado. Nesta medida, as entidades com maior intervenção foram o IAPMEI e o Fundo de Contragarantia Mútuo, com 75,9% e 7,6%, respetivamente.

Segue-se a medida «096 — Contingência COVID-19 — Garantir a normalidade», com o montante de 205,2 milhões de euros (valor não consolidado), destinados às despesas indiretamente decorrentes dos constrangimentos causados pela pandemia de COVID-19, relacionadas com a reposição da normalidade administrativa do funcionamento das instituições.

As medidas «086 — Comércio e Turismo — Imposto Especial de Jogo» e «062 — Comércio e Turismo — Turismo» refletem a execução da despesa efetuada com vista ao desenvolvimento da atividade turística, no montante total de 289,8 milhões de euros (valores não consolidados), e são responsabilidade do Turismo de Portugal, do Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema, da ENATUR e das Entidades Regionais de Turismo.

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Para a prossecução das medidas, o Programa contou com um plafond inicial de receitas de impostos no valor de 76,3 milhões de euros. A execução da despesa foi de 102 milhões de euros, em virtude da criação da medida excepcional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), no valor de 35,6 milhões de euros.

Quadro 151 — PO03 — Economia: receita por tipo de financiamento

(milhões de euros)

Tipo de receita	Previsão inicial	Previsão corrigida	Receita cobrada Líquida	Orçamento inicial (% exec)
Receitas Impostos	76,3	112,4	103,1	135,2%
Receitas Próprias	1 447,0	2 636,2	1 519,2	105,0%
Fundos Europeus	603,5	636,1	260,3	43,1%
Transf. no âmbito das AP	39,2	38,9	35,8	91,4%
Totais	2 166,0	3 423,6	1 918,5	

Fonte: Secretaria Geral do Ministério da Economia.

Quadro 152 — PO03 — Economia: receita por classificação económica

(milhões de euros)

Designação	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Receita Cobrada Líquida	% Execução face à previsão corrigida
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
02-Impostos indiretos	152,0	185,9	164,0	88,2%
04-Taxas, multas e outras penalidades	18,2	16,0	19,0	118,8%
05-Rendimentos da propriedade	15,0	10,3	1,4	13,7%
06-Transferências correntes	92,6	123,3	110,1	89,3%
07-Vendas de bens e serviços correntes	49,3	48,9	18,4	37,5%
08-Outras receitas correntes	11,0	14,7	12,3	83,7%
09-Vendas de bens de investimento	1,3	1,4	0,1	5,6%
10-Transferências de capital	288,9	278,3	120,5	43,3%
11-Ativos financeiros	427,6	592,3	277,4	46,8%
12-Passivos financeiros	1 055,8	1 076,7	110,8	10,3%
13-Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	88,2%
15-Reposições não abatidas nos pagamentos	1,2	7,9	6,8	85,5%
16-Saldo de gerência anterior	6,1	1 020,8	1 036,8	101,6%
Receita de impostos afeta ao Programa (SI)	47,0	47,0	40,8	86,9%
Total Geral	2 166,0	3 423,6	1 918,5	56,0%

Fonte: Secretaria Geral do Ministério da Economia.

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

A receita cobrada líquida do Programa situou-se em 1918,5 milhões de euros (valores não consolidados), o que representa 56% face à previsão corrigida (3423,6 milhões de euros) e 88,6% face à previsão inicial (2166 milhões de euros).

A receita cobrada efetiva ascendeu a 493,5 milhões de euros. Excluindo a dotação de receita de impostos, a receita total efetiva ascendeu a 452,7 milhões de euros, dos quais 325,3 milhões de euros (71,9%) correspondem a receita corrente e 127,4 milhões de euros (28,1%) a receita de capital.

Da receita cobrada (valores não consolidados) as receitas próprias foram determinantes para os valores registados, com uma execução de 1519,2 milhões de euros, correspondendo a 105% da previsão inicial. Neste contexto os saldos de gerência, no montante total de 1036,8 milhões de euros, e os ativos financeiros, no montante total de 277,4 milhões de euros, foram os agrupamentos com maior relevância.

A evolução da receita face à previsão inicial, excluindo os saldos de gerência, decorre essencialmente dos ativos financeiros (277,4 milhões de euros) e dos impostos indiretos (164 milhões de euros) e deveu-se sobretudo ao IAPMEI, cuja missão assenta na promoção da competitividade e do crescimento empresarial (162,6 milhões de euros) e ao Turismo de Portugal, através da receita cobrada no âmbito do Imposto Especial de Jogo (164 milhões de euros), respetivamente.

No que se refere à despesa, o Programa registou uma execução consolidada no montante de 1475,7 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 51,5% face ao orçamento corrigido.

O Programa registou um maior volume da despesa financiada por receitas próprias com uma execução de 1138 milhões de euros, representando 77,1% do total da despesa. Segue-se a execução dos Fundos Europeus, com 223,6 milhões de euros representando 15,1% do total da despesa, justificada principalmente pela concessão de incentivos e apoios reembolsáveis a empresas no âmbito do FEDER.

A despesa efetiva consolidada ascendeu ao montante de 522,5 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 72,9% face ao respetivo orçamento corrigido, destacando-se com maior peso na execução das despesas correntes o valor executado com as transferências correntes.

O agrupamento referente à aquisição de bens e serviços apresenta as despesas resultantes, designadamente, da realização de campanhas de promoção turística, tanto a nível nacional

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

como internacional, do pagamento da comissão ao Banco Português de Fomento pela gestão do Fundo de Contragarantia Mútuo, assim como dos custos associados à formação ministrada nas Escolas de Hotelaria e Turismo.

Relativamente às transferências correntes, evidencia-se o financiamento de diversas entidades externas, designadamente, o financiamento da *Web Summit* e do *Food Festival*, da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, EPE), do Programa ESA (Agência Espacial Europeia) e o pagamento de bolsas *Startup Voucher*. Salientam-se ainda as seguintes transferências para:

- Compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), com a atribuição de um subsídio pecuniário a entidades empregadoras e a pessoas singulares, com um ou mais trabalhadores ao seu serviço;
- Pagamento de bolsas, no âmbito da iniciativa Capacitar, quotas e outras participações;
- Federações, ligas e clubes, ao abrigo do Regime Jurídico dos Jogos e Apostas *Online*, e outras entidades no âmbito das verbas consignadas do jogo;
- Entidades Regionais de Turismo (no âmbito das verbas recebidas a título de IVA) e para as Agências Regionais de Promoção Turística (no âmbito da Promoção Turística Regional);
- Participação de várias ações de promoção e eventos de interesse turístico.

As despesas com subsídios traduzem essencialmente as operações de financiamento do Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (FITEC), no âmbito do apoio a políticas de valorização do conhecimento científico e tecnológico e sua transformação em inovação, no sentido de estimular a cooperação entre instituições de ensino superior, centros de interface tecnológico (CIT) e o tecido empresarial e de capacitação para um uso mais eficiente dos recursos.

O agregado das despesas de capital respeita a despesas financiadas maioritariamente por receitas próprias. Engloba o pagamento de diversas obras de interesse para o turismo, o pagamento de incentivos no âmbito dos Programas Comércio Investe, REPOR, APOIAR, ADAPTAR e VALORIZAR e de prémios de realização, assim como as transferências de valores reembolsados no âmbito do PT2020 para a Agência para o Desenvolvimento e Coesão e as transferências no âmbito das verbas consignadas do jogo.

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

A despesa não efetiva consolidada (ativos e passivos financeiros) totalizou o montante de 953,3 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 44,3% face ao respetivo orçamento corrigido.

A execução dos ativos financeiros atingiu 948,3 milhões de euros, o que representa 64,3% do total da despesa consolidada, sendo o IAPMEI (618,8 milhões de euros) e o Turismo de Portugal (148,7 milhões de euros), assim como o Fundo de Capital e Quase Capital (60,1 milhões de euros), as entidades que contribuem para a execução deste indicador. Evidencia-se neste agregado o pagamento de incentivos reembolsáveis no âmbito do PT2020 e a Linha de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Turismo (COVID-19).

Os passivos financeiros, com uma execução de 5 milhões de euros, correspondem essencialmente ao pagamento de contragarantias executadas pelas sociedades de garantia mútua, no âmbito do Fundo de Contragarantia Mútuo, entidade financeira responsável por assegurar a solvabilidade e grande parte da liquidez do Sistema Português de Garantia Mútua.

Os encargos com os recursos humanos afetos ao Ministério da Economia e da Transição Digital registaram, em 2021, uma evolução positiva face ao período anterior, com um aumento de 98 milhões de euros. O número de trabalhadores sofreu um decréscimo, passando de 2664 em 2020 para 2618 em 2021, justificado principalmente pela integração da Instituição Financeira de Desenvolvimento e da SPGM — Sociedade de Investimento no Banco Português de Fomento, sendo que este não pertence ao perímetro orçamental.

Em termos de distribuição dos efetivos por organismo, destacam-se, pela sua maior expressão quantitativa, as entidades que dispõem de maior percentagem dos recursos humanos (dados obtidos junto da DGAEP):

- O Turismo de Portugal, com 714 efetivos, que aumentou 37 comparativamente a 2020;
- A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), com 493 efetivos, que aumentou dez comparativamente a 2020;
- O IAPMEI, com 341 efetivos, que aumentou três comparativamente a 2020.

Relativamente aos resultados obtidos durante o ano de 2021, e apesar das expectativas iniciais, verificaram-se ainda constrangimentos à atividade, em especial no decorrer do primeiro trimestre. O cumprimento dos objetivos do plano de vacinação nacional contra a doença

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

COVID-19 e o levantamento gradual das restrições decorrentes do quadro pandémico vieram, contudo, reforçar a confiança na recuperação económica.

Com o objetivo de conter os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas foi lançada a Linha de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, publicada a portaria nº 192-A/2021, de 14 de setembro que tinha por objetivo apoiar a tesouraria das micro e pequenas empresas em situação de crise empresarial. Com as candidaturas encerradas em 31 de dezembro de 2021, esta linha de crédito previa, em função do número de postos de trabalho, apoios para microempresas de até 25 mil euros e para pequenas empresas de até 75 mil euros. Foram apoiadas mais de 1100 empresas, com um montante de cerca de 25,2 milhões de euros.

Deu-se continuidade à implementação do plano de capacitação dirigido a empreendedores, empresários e quadros técnicos das empresas, apostando em novos modelos de capacitação, assentes em formatos não presenciais e em recurso multimédia, com a plataforma Academia PME Digital, que disponibiliza também um conjunto de ferramentas de apoio aos empresários. Neste âmbito, foram lançadas duas ferramentas orientadas para a avaliação de negócios, a Ferramenta de Avaliação de Projetos de Investimento e a Ferramenta de Avaliação de Empresas, instrumentos que serão importantes no apoio às empresas na avaliação e estruturação das suas necessidades de financiamento, em especial na fase de retoma dos seus investimentos.

Ao nível do empreendedorismo, e no que se refere ao programa *StartUp Visa*, foi renovada a certificação a 92 incubadoras e reconhecidas outras novas sete, elevando para 99 o total de incubadoras certificadas para o acolhimento a empreendedores estrangeiros. Também em 2021, cerca de uma centena de empresas obtiveram a certificação *TechVisa* para recrutamento internacional de quadros qualificados e foram emitidos 1156 termos de responsabilidade para quadros técnicos.

Através dos programas APOIAR, PT2020 — SI Inovação e Formação de *Clusters* foram disponibilizados diversos incentivos às empresas, tendo sido atribuídos apoios a 32 180 projetos, com um investimento aproximado de 2524,1 milhões de euros, ao qual correspondeu um incentivo de 296,2 milhões de euros.

Procedeu-se à conceção e abertura de quatro concursos decorrentes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente Agendas de Inovação, Roteiros de Descarbonização, Descarbonização da Indústria e Bairros de Comércio Digital. Foram também cumpridas as metas contratualizadas para 2021, entre as quais se destaca a conclusão do concurso de

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

avaliação das Manifestações de Interesse no âmbito das Agendas de Inovação, que se saldou na seleção de 70 projetos, envolvendo cerca de 10 mil milhões de euros de investimento, bem como a conclusão do concurso associado ao reconhecimento de 17 Polos de Inovação Digital (*Digital Innovation Hubs* — DIH), que passaram a integrar a Rede Nacional de DIH.

No âmbito da atividade turística, e com o objetivo de conter os efeitos negativos sobre a situação financeira das famílias e das empresas, bem como de criar as condições para uma mais rápida recuperação, verificou-se a manutenção, mas também a criação, de um conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Turismo de Portugal para mitigar os efeitos da crise causada pela pandemia de COVID-19 nas várias áreas de atuação do Instituto, das quais se destaca em matéria orçamental:

- O desenvolvimento do Plano Reativar o Turismo | Construir o Futuro (PRT), criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2021, de 16 de junho, no que às suas diversas áreas de atuação diz respeito;
- O desenvolvimento em concreto do «Plano Turismo +Sustentável 20-23», também previsto no PRT, e, em particular, a implementação das ações de valorização da oferta e dos recursos incluídas no «Eixo I — Estruturar uma oferta cada vez mais sustentável», com a conclusão de 17 iniciativas;
- A evolução do projeto Selo *Clean & Safe* — Monitorização, incluindo a sua adaptação, que foi determinante na resposta do setor à pandemia de COVID-19 em 2020-2021, às principais preocupações de segurança do setor turístico no futuro;
- Foram efetuadas diversas ações e campanhas de promoção de forma a dinamizar o setor em todo o território e reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico;
- O apoio financeiro à realização de eventos de interesse turístico, como instrumento de revitalização e qualificação dos territórios, assim como de reforço da notoriedade internacional de Portugal e de atração de turistas;
- Dinamização de programas de formação e capacitação de jovens e profissionais, através da formação ministrada nas escolas de hotelaria e turismo;
- O apoio à estruturação da oferta, ao desenvolvimento de produtos e à promoção regional, através da concretização de transferências para as Entidades Regionais de Turismo (no âmbito das verbas recebidas a título de IVA) e para as Agências Regionais de Promoção

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Turística (no âmbito da Promoção Turística Regional);

- A concretização das transferências legalmente devidas para federações, ligas e clubes, ao abrigo do Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online;
- O desenvolvimento dos Programas ADAPTAR PME, ADAPTAR Micro e Adaptar Turismo, que visaram apoiar as empresas no esforço de adaptação da sua atividade ao contexto da pandemia de COVID-19, através do ajustamento de métodos de organização de trabalho e de relacionamento com os clientes/fornecedores às novas condições resultantes da pandemia;
- O desenvolvimento do Programa APOIAR — Sistema de Incentivos à Liquidez, estruturado nas medidas APOIAR.PT, APOIAR RESTAURAÇÃO, APOIAR RENDAS, APOIAR + SIMPLES e criado para auxiliar a tesouraria das micro e pequenas empresas cuja área de atuação incide sobre setores particularmente afetados pelas medidas de confinamento, de forma a assegurar e preservar a sua liquidez no mercado e a continuidade da sua atividade económica durante e após o surto;
- O desenvolvimento do Programa GARANTIR CULTURA, dirigido às empresas do setor cultural e destinado a incentivar as atividades culturais e artísticas, para que estas empresas possam manter as respetivas atividades, fazendo face aos compromissos de curto prazo, mas também relançar em segurança as muitas atividades suspensas durante a pandemia de COVID-19;
- A concretização da medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG);
- O pagamento de incentivos no âmbito do PT2020, da Linha de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Turismo (COVID-19) e da Linha de Apoio à Qualificação da Oferta, em termos de ativos financeiros.

3.2. Ambiente e Ação Climática (PO17)

A missão do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, em 2021, consistiu em «formular, conduzir, executar e avaliar as políticas do ambiente, ordenamento do território, cidades, transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros, mobilidade, alterações climáticas, clima, conservação da natureza, energia e geologia, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial».

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

No âmbito deste Programa Ambiente e Ação Climática, as matérias da competência da 6ª Comissão dizem respeito aos transportes e à mobilidade urbana, pelo que se destacam os seguintes elementos relativos aos ativos e passivos financeiros:

Quadro 191 — PO17 — Ambiente e Ação Climática: ativos e passivos financeiros

(milhões de euros)

Agrupamento / Serviço	Dotação Ajustada	Exec. Acumulada
AGENCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	82,3	82,3
ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E	65,0	65,0
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS, I.P.	9,6	9,6
FUNDO FLORESTAL PERMANENTE	10,0	10,0
FUNDO PARA A SUSTENTABILIDADE SISTÉMICA DO SETOR ENERGÉTICO	0,0	0,0
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	17,1	17,1
LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA, I.P.	0,0	0,0
MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES - SOC CONCESSIONARIA DA MARINA PARQUE DAS NAÇÕES, SA	2,5	2,5
METRO DO PORTO CONSULTORIA - CONSULT. EM TRANSP. URBANOS E PARTICIP., UNIP, LDA	0,1	0,0
METRO DO PORTO, S.A.	14,1	14,3
TOTAL	200,7	200,8
<hr/>		
METRO DO PORTO, S.A.	813,9	415,7
METROPOLITANO DE LISBOA, EPE	139,9	139,9
NORTREM - ALUGUER DE MATERIAL FERROVIÁRIO, ACE	7,9	7,1
VIANAPOLIS, SOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS EM VIANA DO CASTELO, S.A.	0,5	0,5
TOTAL	962,1	563,2
<hr/>		
Total Ativos / Passivos	1 162,8	764,1

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Relativamente aos ativos e passivos financeiros, destacam-se os valores registados em passivos financeiros pela Metro do Porto, S.A., associados a amortização de 2,5 milhões de euros de financiamento na banca comercial (Santander), amortizações de 107,6 milhões de euros de financiamento no Banco Europeu de Investimento (BEI), e amortizações de 305,5 milhões de euros de dívida à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), totalizando 415,7 milhões de euros. Nos ativos financeiros regista-se a subscrição de 14 milhões de euros em CEDIC.

Pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., associados aos passivos está o montante de 139 milhões de euros referente a amortizações programadas de financiamentos BEI (Banco Europeu de Investimento).

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Quadro 193 — PO17 — Ambiente e Ação Climática: despesa por medidas do Programa

(milhões de euros)

Estado, SFA e EPR	Orçamento Corrigido de 2021	Execução de 2021	Estrutura de 2021 face à execução (%)
031 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	47,9	12,6	0,4
033 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	289,5	182,3	5,6
	0,0	0,0	2,2
041 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO	81,3	71,4	7,9
043 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - SILVICULTURA	299,2	259,8	0,3
046 - INDÚSTRIA E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	19,2	8,4	3,2
047 - INDÚSTRIA E ENERGIA - INVESTIGAÇÃO	115,6	103,8	38,1
051 - INDÚSTRIA E ENERGIA - COMBUSTÍVEIS, ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES DE ENERGIA	1 881,1	1 248,2	1,9
055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	74,5	61,0	35,4
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	1 211,2	1 162,4	1,0
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	36,2	32,8	0,0
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2,8	0,8	0,0
084 - SIMPLEX +	1,0	0,0	0,0
085 - FLORESTAS	1,7	1,6	3,2
095 - CONTINGÊNCIA COVID 2019 - PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, MITIGAÇÃO E TRATAMENTO	1,8	1,1	0,8
096 - CONTINGÊNCIA COVID 2019 - GARANTIR NORMALIDADE	130,7	106,0	
101 - PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS	122,4	27,3	
102 - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	4	3	
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	316,2	279,5	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	3 724,3	2 747,7	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	2 561,5	1 983,9	
Por Memória			
Ativos Financeiros	200,7	200,6	
Passivos Financeiros	962,1	563,2	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

No Ministério do Ambiente e da Ação Climática, em termos da estrutura face à execução (despesa total não consolidada), destacam-se as medidas de «Transportes Ferroviários» (Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto), com 38,1%.

No que diz respeito aos eixos estratégicos, no Eixo 3 — Transportes e mobilidade urbana — apresenta-se como principais medidas de atuação:

- Programa de apoio à redução do tarifário dos transportes públicos (PART);
- Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP);
- Continuação do investimento em autocarros «limpos»;
- Continuação da implementação da Estratégia de Descarbonização da Frota Automóvel do Estado;
- Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC).

Com vista a atingir-se a meta de redução das emissões do setor em 40% até 2030, é fundamental a aposta num transporte público acessível e de qualidade, bem como na

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

generalização dos veículos elétricos e na promoção da mobilidade partilhada e ativa, como o uso da bicicleta, bem como no investimento no reforço das redes de transporte público, tanto nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto quanto em cidades de média dimensão.

Foi dada continuidade ao Programa de Apoio à Redução Tarifária dos Transportes Públicos (PART), consolidando e introduzindo mudanças profundas na atração de passageiros para o transporte público, que permitiu apoiar as autoridades de transportes com uma verba anual do Orçamento do Estado de cerca de 138,6 milhões de euros, o que lhes permitiu operar um criterioso ajustamento tarifário e da oferta.

Complementarmente, foi dada continuidade ao Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), que permitirá apoiar as autoridades de transportes intermunicipais com uma verba de 15 milhões de euros do Orçamento do Estado, via Fundo Ambiental, para o reforço e aumento da oferta de transportes públicos coletivos, privilegiando as zonas onde a penetração destes modos de transporte é mais reduzida e onde o potencial de ganhos de procura ao automóvel é superior, contribuindo assim para a promoção do transporte público coletivo, para a indução de padrões de mobilidade mais sustentáveis e para a descarbonização da mobilidade.

O desígnio de promoção da mobilidade elétrica continuou a ser fortemente sustentado, através da manutenção dos incentivos em vigor, nomeadamente o apoio à introdução no consumo de veículos com 0% de emissões, através do Fundo Ambiental, bem como da continuidade do reforço da rede pública de carregamento de veículos elétricos em todo o território nacional. O próprio Estado continuará a concretizar o Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública.

Ainda associado à mobilidade urbana e com o objetivo de promover cidades mais verdes, deu-se continuidade à eletrificação dos sistemas de transportes (coletivos e individual) lançando novos programas de apoio à renovação das frotas de autocarro a nível nacional, através da aquisição de autocarros limpos sem combustão, bem como assegurando continuidade à concretização do plano de renovação da frota da Transtejo.

No quadro da multimodalidade urbana e interurbana de curta distância, foi dada continuidade à Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC), um compromisso para a próxima década e independente de ciclos políticos que assegurará a promoção do uso da bicicleta, a consequente adoção de hábitos de vida mais saudáveis e o investimento na construção de ciclovias.

3.3 Infraestruturas e Habitação (PO18)

O Programa Orçamental Infraestruturas e Habitação é composto pela tutela das Infraestruturas e Habitação, sendo a Secretária-geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) a respetiva entidade coordenadora.

De acordo com a CGE2021, o âmbito de intervenção deste Programa traduziu-se na continuação do esforço de dinamização e implementação de políticas de promoção e reforço da competitividade da economia portuguesa e do desenvolvimento sustentável, apostas estratégicas da política de desenvolvimento nacional e pilares da convergência europeia, que consubstanciam as opções políticas tomadas ao longo dos últimos anos.

No domínio das infraestruturas, manteve-se a prioridade na requalificação, modernização e expansão da Rede Ferroviária Nacional previstas no «Plano Ferrovia 2020», com o objetivo de promover o reforço da coesão territorial através de uma melhor conectividade interna e internacional, possibilitando melhorar a competitividade da economia e a mobilidade das populações, assim como a indução do investimento e a criação de emprego. Pretendeu-se reforçar o papel da ferrovia no transporte de passageiros e mercadorias e a articulação dos diferentes modos de transporte, numa lógica de complementaridade, capitalizando impactos positivos na sociedade, na economia e no ambiente.

De forma complementar, prosseguiu o investimento na rodovia, com especial foco nos projetos integrados no Plano de Recuperação e Resiliência e na Resolução do Conselho de Ministros nº 46A/2021, de 3 de maio, para além da continuada conservação e requalificação da rede rodoviária nacional, visando reforçar a robustez social, económica e territorial, ao assegurar um território mais competitivo e mais coeso através de um grande esforço de investimento nas acessibilidades a Áreas de Acolhimento Empresarial e no reforço das ligações transfronteiriças indispensáveis à afirmação da centralidade do nosso Interior no conjunto do mercado ibérico, bem como na conclusão de ligações em falta.

Continua em curso a implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego, que tem por objetivo a criação de uma ligação de transporte público entre Coimbra e os concelhos limítrofes (Miranda do Corvo e Lousã).

No que respeita aos serviços ferroviários de passageiros, é de assinalar a entrada em vigor, em 2020, do contrato de obrigações de serviço público celebrado entre o Estado e a Comboios de Portugal, E.P.E. (CP, E.P.E.), que constitui o instrumento que regula de forma transparente a

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

forma como estes serviços são financiados. Em 2021, deu-se continuidade à recuperação de material circulante que se encontrava fora de serviço, passando-se à fase de modernização, nomeadamente das 50 carruagens recentemente adquiridas e de outras que se encontram ao serviço na CP, E.P.E. Destaca-se ainda a aquisição das 22 automotoras elétricas e bimodo para o serviço regional, cujo contrato entrou em execução, e o lançamento do concurso para a aquisição de 117 automotoras elétricas para os serviços urbanos e regionais.

A política de habitação surge, durante a última legislatura, com a aprovação da Nova Geração de Políticas de Habitação, centrada não apenas nas situações de maior carência, mas também na garantia do acesso à habitação para todos, na promoção de um maior dinamismo e equilíbrio do mercado de arrendamento e na introdução de estímulos efetivos à reabilitação do edificado e das zonas urbanas.

Quadro 196 — PO18 — Infraestruturas e Habitação: despesa por classificação económica

(milhões de euros)

Designação	Orçamento Corrigido de 2021		Execução de 2021	
	Total não consolidado	Total Consolidado	Total não consolidado	Total Consolidado
Despesa Corrente	1 634,6	1 381,2	1 257,7	1 057,1
Despesas com Pessoal	416,8	416,8	371,0	371,0
Aquisição de Bens e Serviços	634,6	634,6	457,2	457,2
Juros e outros encargos das quais: intra-instituições do PO	117,4	117,4	114,4	114,4
Transferências Correntes das quais: intra-instituições do PO	367,7	114,3	278,3	77,8
Subsídios das quais: intra-instituições do PO	253,4		200,6	
Outras Despesas Correntes	1,1	1,1	1,1	1,1
Outras Despesas Correntes	96,9	96,9	35,7	35,7
Despesa de Capital	5 780,2	5 041,0	4 544,8	3 910,9
Aquisição de Bens de Capital	416,2	416,2	1 840,6	1 840,6
Transferências de Capital das quais: intra-instituições do PO	902,1	163,0	661,7	27,8
Ativos Financeiros das quais: intra-instituições do PO	739,1		633,9	
Passivos Financeiros das quais: intra-instituições do PO	1 266,8	1 266,8	1 247,0	1 247,0
Outras Despesas de Capital	1 195,0	1 195,0	795,5	795,5
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESA TOTAL	7 414,7	6 422,2	5 802,4	4 968,0
DESPESA EFETIVA	4 952,9	3 960,4	3 760,0	2 925,5

Operações intra-instituições do PO (AC)

992,5

834,4

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

O quadro anterior, relativo à despesa por classificação económica do Programa, evidencia a composição da despesa em 2021. No que concerne à despesa efetiva consolidada, a taxa de execução orçamental face ao orçamento corrigido foi de 73,9%, a que correspondem 2925,5 milhões de euros, valor que ascende a 4968 milhões de euros caso se considere a despesa

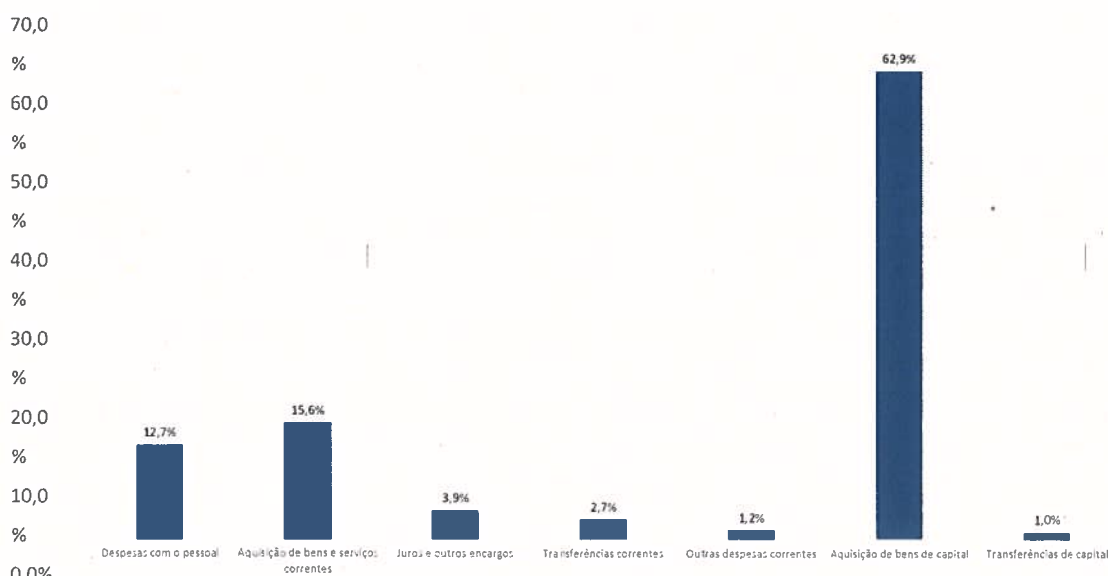
Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

total consolidada (1247 milhões de euros referentes a ativos financeiros e 795,5 milhões de euros referentes a passivos financeiros). Os valores referentes à despesa efetiva consolidada são sobretudo justificados pela IP, S.A., (79,4%) e pela CP, E.P.E. (11,6%), que, no conjunto, consomem aproximadamente 91% da execução do Programa. Destaca-se a despesa associada à manutenção das infraestruturas ferroviárias e rodoviárias, a cargo da IP, S.A., bem como a execução de projetos de construção e modernização no âmbito do Plano de Investimentos em Infraestruturas Ferrovia 2020.

Com base no mesmo referencial (despesa efetiva consolidada), constata-se que a despesa é financiada em 68,5% por receitas próprias, 22,1% por receitas de impostos, 5,8% por transferências no âmbito das Administrações Públicas e o restante por fundos europeus.

Analisando o peso da despesa efetiva consolidada por tipologia, 36,1% reportam a despesas correntes e 63,9% são referentes a despesas de capital.

Gráfico 23 — PO18 — Infraestruturas e Habitação: peso da despesa efetiva por agrupamento



Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Analisando o peso da despesa efetiva por agrupamento, verifica-se maior incidência em aquisição de bens de capital (62,9%) e em aquisição de bens e serviços (15,6%), embora em menor grau, sendo as despesas com pessoal responsáveis por 12,7% da execução do Programa.

Quadro 197 — PO18 — Infraestruturas e Habitação: despesa por medidas do Programa

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Estado, SFA e EPR	(milhões de euros)		
	Orçamento Corrigido de 2021	Execução de 2021	Estrutura de 2021 face à execução (%)
001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	137,4	84,6	1,5
004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	1,3	0,9	0,0
030 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO	257,2	71,2	1,2
036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA	1,5	0,6	0,0
052 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	440,0	406,4	7,0
053 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - INVESTIGAÇÃO	46,6	39,3	0,7
054 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	353,2	258,6	4,5
055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	2 719,0	1 917,1	33,0
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	4,5	4,5	0,1
058 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES	768,0	754,7	13,0
059 - COMÉRCIO E TURISMO - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	0,0	0,0	
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	17,9	12,6	0,2
079 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	2 493,5	2 228,2	38,4
084 - SIMPLEX +	1,2	0,0	
095 - CONTINGÊNCIA COVID 2019 - PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, MITIGAÇÃO E TRATAMENTO	1,5	0,9	0,0
096 - CONTINGÊNCIA COVID 2019 - GARANTIR NORMALIDADE	2,9	2,0	0,0
102 - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	168,9	20,8	0,4
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	7 414,7	5 802,4	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	6 422,2	4 968,0	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	3 960,4	2 925,5	
Por Memória			
Ativos Financeiros	1 266,8	1 247,0	
Passivos Financeiros	1 195,0	795,5	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Pela análise do quadro relativo à «despesa por medidas do Programa», constata-se que a execução orçamental foi sobretudo, direcionada para Parcerias Público-Privadas (38,4%), seguindo-se os «Transportes e Comunicações — Transportes Ferroviários» (33%). Destaca-se ainda a medida de «Sistemas e Comunicações», com uma execução de 754,7 milhões de euros, que se reflete em 13% do total do Programa.

Em relação aos recursos humanos, e de acordo com os dados da DGAEP/DEEP — SIEP relativos ao quarto trimestre de 2021, o Programa Orçamental, em 31 de dezembro, contava com 1640 postos de trabalho, registando uma redução de 26 postos de trabalho face ao período homólogo. No entanto, considerando os fluxos acumulados em termos definitivos, durante o ano de 2021 verificaram-se 207 novas entradas e 233 saídas definitivas, das quais 60 por reforma/aposentação.

Por último, a idade média estimada é de 52,2 anos, valor acima da média da Administração Central (47,7). Este facto é exacerbado ainda pelo baixo índice de juventude (11,1), dado que, por cada 100 trabalhadores somente 4,6 têm menos de 35 anos.

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

No que diz respeito aos resultados obtidos e à análise dos desvios, o Programa abrange a área de Infraestruturas e Habitação — com seis objetivos e seis indicadores. O foco teve por base a implementação de políticas de infraestruturas, tendo sido priorizados os investimentos ao abrigo do Plano Ferrovia 2020, no sentido de alavancar o desenvolvimento e competitividade de forma generalizada, usufruindo a longo prazo de todas as vantagens associadas ao Plano em apreço. No que à rodovia diz respeito, foi dada continuidade à prossecução do plano de requalificação da rede rodoviária de proximidade, que, desde 2016, tem vindo a ser desenvolvido no sentido de reforçar quer a fluidez quer a segurança na circulação de veículos e peões, bem como as políticas de habitação e de reabilitação urbana.

Em termos globais, o Programa registou uma média de execução dos objetivos de 139,8%, o que sugere um nível de desempenho superior ao planeado.

Quadro 198 — PO18 — Infraestruturas e Habitação: resultados, objetivos e análise dos desvios

(milhões de euros)

Objetivo de Política	Indicador	Meta	Resultado	Taxa de Execução	Responsável pelo reporte
Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no crescimento económico através do PETI3+	Taxa de execução financeira do investimento previsto no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) - 2014-2020 (%)	35,40	31,90	90%	IP
Otimizar o recurso a financiamento comunitário para satisfação do desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transportes	Taxa de cobertura das necessidades de investimento PETI 3+ por financiamento comunitário (%)	48,60	52,90	109%	IP
Aumentar a fiscalização do setor para combater a concorrência desleal	Número de empresas inspeccionadas	450	827	183,78%	IMPIC
Fomentar a eficiência energética e sísmica, através da reabilitação dos edifícios	Número de edifícios contratados	356	360	101%	IFRRU
Apoiar as Famílias com necessidades habitacionais graves e/ou urgentes	Número de agregados familiares abrangidos por programas de apoio à habitação	18000	41643	231,35%	IHRU
Dinamizar o mercado de arrendamento promovendo a sua acessibilidade	Número de jovens a beneficiar do Incentivo no âmbito do Programa Porta 65 - Jovem	18000	22262	123,68%	IHRU

Nota: Valores da meta e resultado = valor acumulado.

Fontes: Infraestruturas de Portugal SA, Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC, IP), Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU), Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

No que respeita ao objetivo «Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no crescimento económico através do PETI3+», onde se insere o Ferrovia 2020, verifica-se um

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

desvio de 10 pp face à meta. Este desvio é essencialmente fundamentado por atrasos na execução das obras, face ao previsto nos respetivos planos de trabalhos.

Em sentido inverso, o objetivo atinente à otimização do recurso a financiamento comunitário para satisfação do desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transportes verificou um resultado superior à meta previamente estabelecida.

Quanto ao objetivo «Aumentar a fiscalização do setor para combater a concorrência desleal», somente no quarto trimestre o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC, IP) desencadeou mais ações inspetivas (440) do que em todo o ano de 2020 (290). No final do ano de 2021, tinham sido inspecionadas 827 entidades, das quais 530 na área da construção e 297 na área do imobiliário. Tendo em conta a meta anual, de inspecionar 450 empresas, o indicador apresenta uma taxa de realização de 183,8%.

Relativamente ao objetivo «Fomentar a eficiência energética e sísmica através da reabilitação dos edifícios», verifica-se uma superação do objetivo, com uma taxa de execução de 101%, tendo o indicador como base de referência o número de contratos celebrados (276), numa perspetiva conservadora, em que a cada contrato corresponde apenas um edifício.

O objetivo «Apoiar as Famílias com necessidades habitacionais graves e/ou urgentes» superou o objetivo, com uma taxa de execução de 231,4%. O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) dará continuidade à cooperação que tem sido estabelecida com os municípios, no sentido de os apoiar, técnica e financeiramente, na operacionalização do programa e na promoção de soluções habitacionais ao abrigo do mesmo.

Por último, o objetivo «Dinamizar o mercado de arrendamento promovendo a sua acessibilidade», apresentou uma superação do objetivo, atingindo uma taxa de execução de 123,7%.

Para efeitos de avaliação do Programa Orçamental, e em complemento aos principais indicadores definidos, designadamente a taxa de execução orçamental e a taxa de execução dos objetivos, a análise realizada no quadro seguinte é enriquecida não apenas pela inclusão e análise de um conjunto de indicadores de eficácia, eficiência e economia, mas também pela possibilidade de analisar o desempenho material e orçamental do Programa face aos valores verificados nos anos anteriores.

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Quadro 199 — PO18 — Infraestruturas e Habitação: indicadores de eficácia, eficiência e economia
(milhões de euros)

		2019	2020	2021
Eficácia	Taxa de Execução dos Objetivos			
	Varição da Taxa de Execução dos Objetivos			
Eficiência	Taxa de autofinanciamento (despesa não financiada por RG face ao total de despesa)			
	Varição da taxa de Autofinanciamento face ao P. H.			
Economia	Varição da despesa face ao P.H.			
	Rácio taxa de execução dos objetivos/ taxa de execução Orçamental	97%	96,8%	139,8%
		-4	-0,2	44,5
		78%	73%	77%
		1	-6	4
	-14 M€	-112 M€	99 M€	
	1,2%	1,2%	1,9%	

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Neste sentido, e tendo por base os valores apresentados, destaca-se uma variação positiva da taxa de execução dos objetivos de 44,5 pp face a 2020. Verifica-se também uma evolução positiva do rácio entre a taxa de execução dos objetivos sobre a taxa de execução orçamental, evidenciando assim um desempenho positivo, bem como um reforço dos mecanismos de planeamento e definição de metas em sede de preparação do Orçamento do Estado.

Ainda no que respeita à análise destes indicadores, cumpre destacar a evolução positiva do indicador «Varição da despesa face ao P.H.», no valor de 99 milhões de euros, justificado sobretudo pela IP, SA, com um aumento de 110,4 milhões de euros, resultante essencialmente de encargos com PPP, e pelo IHRU, com um aumento de 23,5 milhões de euros, devido sobretudo a um maior apoio às famílias no âmbito do programa 1º Direito.

Quanto à análise dos resultados do Programa, e tal como já foi referido, eles refletem o quadro orçamental que presidiu à elaboração e execução do mesmo. Existiram algumas dificuldades, em especial no período de pandemia de COVID-19, que prejudicaram a execução orçamental de projetos de investimento e, em alguns casos acarretaram o diferimento dos respetivos calendários de execução para 2022. Relativamente à APA e a projetos associados ao financiamento *EEA GRANTS*, em particular, dado que gerem projetos plurianuais, uma parte da sua execução foi transferida para 2022.

3.4 Mar (PO21)

Relativamente ao Programa Mar, e durante o ano de 2021, as matérias da 6ª Comissão dizem respeito a medidas políticas associadas à gestão e à exploração dos recursos do mar e dos seus usos, e de uma economia do mar, da náutica de recreio, dos portos de pesca e da gestão dos fundos nacionais e europeus relativos ao mar.

No que se refere ao Fundo Azul, e à semelhança do ano transato, o ano de 2021 caracterizou-se pela continuação da situação da pandemia de COVID-19, fortemente marcada pela continuação das medidas restritivas. Estas medidas tiveram um forte impacto quer na atividade dos serviços do Fundo quer na normal execução das candidaturas, sendo de destacar o aumento significativo da taxa de execução para 68,8% (comparando com 34,2% em 2020 e 9% em 2019). Por outro lado, a agilização de pagamentos no âmbito do Despacho nº 5698/2020, de 22 de maio (no âmbito da pandemia de COVID-19), permitiu ao Fundo contribuir para aliviar o impacto da pandemia na tesouraria das empresas nacionais da Economia Azul.

Destaca-se ainda o contributo dado pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) na consolidação das atividades marítimas tradicionais, nomeadamente a pesca e náutica de recreio, através da realização de intervenções em portos de pesca ao longo do País, nas quais se incluem obras de proteção portuária e dragagens de manutenção destinadas a melhorar as condições de operacionalidade e segurança nos portos, bem como garantir as respetivas acessibilidades.

No que se refere ao MAR2020, programa cofinanciado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), no quadro da Política Comum das Pescas (PCP) e da Política Marítima Integrada (PMI), e principal instrumento de financiamento de política do setor, no âmbito da respetiva Autoridade de Gestão, assumiram particular relevância as atividades relacionadas com a fase final de implementação do atual programa, com todas as exigências que se colocam para acelerar a execução e, desta forma, atingir-se o pleno uso das dotações em 2023. Paralelamente, decorreram os trabalhos conducentes à negociação do Acordo de Parceria e do novo programa FEAMPA sendo previsível que, no segundo semestre de 2022, ocorra a sua aprovação e subsequente arranque.

No que se refere à Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), e de acordo com os eixos estratégicos previstos para a área governativa do mar, esta Direção-Geral desenvolveu ações

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

ao nível dos eixos estratégicos «Desenvolvimento da Economia Azul» e «Valorização Sustentável e Proteção dos Recursos do Mar», tendo sido efetuadas diversas ações: apoiou o desenvolvimento, consulta pública e produção da nova Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 e respetivo Plano de Ação; participou na elaboração da Visão Estratégica para Portugal 2030 e fez propostas para o Plano de Estabilização Económica e Social; apoiou o desenvolvimento, consulta pública e produção da nova Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 e respetivo Plano de Ação; continuação da monitorização e controlo do Plano MarPortugal (plano de ação da Estratégia Nacional para o Mar — ENM 2013-2020), com a elaboração do relatório técnico anual «Economia do Mar em Portugal»; lançou o Relatório da Economia do Mar 2020 e o Relatório de Monitorização do ITI MAR 2019; aprovou 91 projetos no programa Crescimento Azul dos *EEA Grants*; financiou, entre outros, o Observatório do Atlântico, o reequipamento do navio *Mário Ruivo* e a aquisição de novos simuladores marítimos para a ENIDH, através do programa Crescimento Azul dos *EEA Grants*; interveio na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021 com a preparação de três eventos do Ministério do Mar e intervenção ativa na redação das Conclusões do Conselho sobre Economia Azul Sustentável; reforçou o papel na OCDE, ONU e UE através da participação nos diversos grupos onde representa o Ministério do Mar e Portugal em assuntos do Mar; organizou ou apoiou a organização da *World Ocean Summit 2021* e *2022*, na conferência ministerial «*A Blue Agenda in the Green Deal*», no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021, conferência «*A Sea of Equality*». Também no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021, preparou a participação do Ministério do Mar, em articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e com o Governo Regional dos Açores, na conferência ministerial de alto nível «*All-Atlantic 2021*».

PARTE II - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

O relator do presente parecer reserva, nesta sede, a sua opinião sobre a Conta Geral do Estado 2021, a qual é, de resto, de elaboração facultativa conforme o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do RAR.

PARTE III - CONCLUSÕES

A Comissão de Orçamento e Finanças remeteu à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação a Conta Geral do Estado 2021, acompanhada dos pareceres do Tribunal de Contas e do Conselho Económico e Social, para elaboração de parecer nas áreas da respetiva competência material.

Apreciados os documentos referidos, a Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação é de parecer que o presente relatório sobre a Conta Geral do Estado 2021 deve ser presente à Comissão de Orçamento e Finanças, de acordo com a alínea c), do número 1, do artigo 206.º do Regimento da Assembleia da República.

Palácio de S. Bento, 1 de fevereiro de 2023.

O Deputado Autor do Parecer



(José Pedro Ferreira)

O Presidente da Comissão



(Afonso Oliveira)